



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**JOSÉ MARCOS DIAS DA SILVA**

**CULTURA MATERIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA:  
A RELAÇÃO ENTRE OS OBJETOS E A INFORMAÇÃO PARA A  
CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS**

**JOÃO PESSOA/PB  
2018**

**JOSÉ MARCOS DIAS DA SILVA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciência Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Area de concentração: Informação conhecimento e Sociedade

Linha de pesquisa: Informação, Memória e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

**JOÃO PESSOA/PB  
2018**

S586c Silva, Jose Marcos Dias da.

Cultura Material Como Fonte De Informação e Memória: a relação entre os objetos e a informação para a construção das memórias. / Jose Marcos Dias da Silva. - João Pessoa, 2018.  
55 f. : il.

Orientação: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Arqueologia, Cultura material, Informação, Memória.  
I. AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. II. Título.

UFPB/BC

**JOSÉ MARCOS DIAS DA SILVA**

**CULTURA MATERIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: A  
RELAÇÃO ENTRE OS OBJETOS E A INFORMAÇÃO PARA A  
CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS.**

Aprovada em: \_\_28\_\_ / \_\_08\_\_ / \_\_2018\_\_

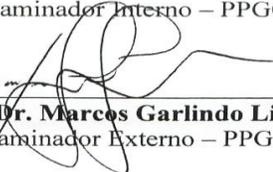
**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto**  
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

---

**Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro**  
Membro Examinador Interno – PPGCI/UFPB



**Prof. Dr. Marcos Garlindo Lima**  
Membro Examinador Externo – PPGCI/UFPE

---

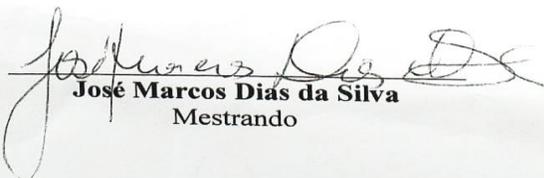
**Profa. Dra. Izabel França de Lima**  
Suplente Interno – PPGCI/UFPB

---

**Profa. Dra. Maria Lúcia Niemeyer Matheus Loureiro**  
Suplente Externo – MAST



**Franklin Duarte Kobayashi**  
Secretário-Executivo – PPGCI/UFPB



**José Marcos Dias da Silva**  
Mestrando

## **RESUMO**

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a concepção de Cultura Material como fonte de informação e memória, a partir da análise de artigos publicados em revistas científicas sobre artefatos arqueológicos, tendo como elemento específico da pesquisa dos estudos voltados para a pintura rupestre, estruturando encaminhamentos possíveis para que essa leitura seja realizada o mais fiel possível. Ao longo da análise problematizamos a concepção de informação, de cultura material e de memória. Caracterizar o entendimento da cultura material enquanto fonte/suporte de informação na construção da memória social/coletiva. Para sua execução, alguns objetivos foram indicados, tais como: Instrumentalizar a conceituação de Memória no âmbito da Ciência da Informação; Contextualizar a noção de informação, enquanto produto humano dentro de um contexto sociocultural; verificar a composição da noção de cultura material direcionada para o âmbito da Ciência da Informação. Fizemos uma comparação dos conceitos estudados (memória, cultura material e informação) destacando os que tomamos como referência na construção deste trabalho, procurando identificar os atributos fundamentais que definem esses conceitos, em momento subsequente demonstrou como construímos nosso pensamento acerca da cultura material como fonte de informação e memória, tomando como ponto de partida as pinturas rupestres com o enfoque nos principais conceitos de cultura material, informação e memória. Partindo do ponto de vista do pesquisador, as informações contidas na arte rupestre podem não ser as que foram intencionadas ou mesmo sugeridas, mas por si só, já são informação, tornando possível uma releitura dos signos, mesmo que não sigam seu significado original eles revelam vestígios de uma civilização remetendo a informações importantes do cotidiano de uma sociedade.

**Palavras-chave:** Arqueologia, Cultura material, Informação, Memória, Pintura rupestre.

## **ABSTRACT**

This research proposes a reflection on the conception of Material Culture as a source of information and memory, based on the analysis of articles published in scientific journals on archaeological artifacts, having as a specific element the research of studies focused on rock painting, structuring possible referrals for that this reading be done as faithfully as possible. Throughout the analysis we problematize the conception of information, material culture and memory. Characterize the understanding of material culture as a source / support of information in the construction of social / collective memory. For its execution, some objectives were indicated, such as: To instrumentalize the conceptualization of Memory within the scope of Information Science; Contextualize the notion of information as a human product within a sociocultural context; to verify the composition of the notion of material culture directed to the scope of Information Science. We made a comparison of the studied concepts (memory, material culture and information) highlighting the ones that we take as reference in the construction of this work, trying to identify the fundamental attributes that define these concepts, in a subsequent moment demonstrated how we built our thinking about material culture as a source of knowledge. information and memory, taking as a starting point rock paintings focusing on the main concepts of material culture, information and memory. From the point of view of the researcher, the information contained in rock art may not be what was intended or even suggested, but in itself, is already information, making possible a re-reading of signs, even if they do not follow their original meaning they reveal traces of a civilization referring to important information of the daily life of a society.

Archeology, Material culture, Information, Memory, Rock painting.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador Carlos Xavier por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os meus professores do PPGCI da Universidade Federal da Paraíba pela excelência da qualidade técnica de cada um.

A minha mãe Eunice Dias que sempre esteve ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À minhas irmãs Jane Dias, Nalva Dias pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sítio Toca da Extrema – (PI) (GUEDES, 2014). .....	17
Figura 2: Sítio Boqueirão da Pedra Furada – (PI) – Pannel principal (GUEDES, 2014).....	18
Figura 3: Sítio Caxingó, Município da Prata – figura de antropomorfos com objetos nas mãos, em branco .....	28
Figura 4: Fragmentos cerâmicos como acompanhamento funerário do Sítio Barra .....	40
Figura 5: Fragmento de cestaria como acompanhamento funerário do Sítio Barra .....	41
Figura 6: Exemplo de petroglifos (gravações), Sítio Serrote dos Letreiros (foto trata com D’Strech) .....	43
Figura 7: Exemplo de pictoglifos do Sítio Caxingó (foto trata com D’Strech).....	44
Figura 8: Cenas de relações sexuais ou de dança do pannel 2 do Sítios Roça Nova .....	47

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Conceitos de 'Informação' .....	35
Tabela 2: Conceitos de 'Memória' .....	35
Tabela 3: Conceitos de 'Cultura Material' .....	36

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 CAPÍTULO – INFORMAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL: OS CONCEITOS</b>	20
2.1 O fenômeno informação: contornos e especificidades	20
2.2 Ciência da informação: a disciplina e suas relações	25
2.3 Memória: o conceito e o processo	27
2.4 Cultura material: abrangência conceitual	31
<b>3 CAPÍTULO - AS RELAÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS ENTRE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL</b>	38
3.1 A conceituação identificada	38
3.2 As correlações conceituais estabelecidas	38
3.4-As relações entre cultura marterial memória e informação	41
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	53
<b>5 REFERÊNCIAS</b>	55

## 1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, enquanto área de conhecimento situada no campo das Ciências Sociais Aplicadas é desafiada pelas grandes questões informacionais desde sua origem até os seus contornos contemporâneos, o que a remete a um amplo espectro de relações com as mais diversas áreas do conhecimento, argumento que utilizam para caracterizá-la como inter, multi ou transdisciplinar. Na atualidade, esse espectro foi ampliado ainda mais, o que inclui as pesquisas que considerem as relações entre informação e memória (AZEVEDO NETTO, 2007).

Para a presente dissertação procuramos traçar reflexões sobre a concepção de Cultura Material como fonte de informação e memória. Para tanto, é problematizada a concepção de informação, de cultura material e de memórias identificadas a partir dos conceitos levantados nesse trabalho sobre esses fenômenos. Para isso promovemos um confronto conceitual entre as diversas noções de cultura material e informação, buscando visualizar de que modo a cultura material torna-se suporte informacional dos mais diversos comportamentos assumidos pela humanidade no decorrer do tempo.

Recorreu-se à ciência da informação na busca de estratégias, métodos e técnicas para a observação do fenômeno informacional, e em outras áreas de estudos correlatos, como nas Ciências Humanas, a exemplo da Antropologia que é uma ciência “[...] dos observadores capazes de observarem a si próprios” (LAPLANTINE, 1998, p.170), e da Arqueologia considerada como a disciplina que tem como objeto de estudo os artefatos produzidos e utilizados pelo homem no passado, como proposto por Dunnell (2005), construindo vínculos e outras visões acerca da inter-relação entre a cultura material e a informação.

Essas relações entre disciplinas e, conseqüentemente, entre áreas distintas, que podem ser exemplificados quando Pacheco (1995) define a informação como um artefato, contribuem para que sejam contemplados os mais variados tipos de informações. Internamente, o que se pode perceber é que, enquanto campo de estudos científicos, a Ciência da Informação tende a se relacionar diretamente com outras tecnologias informacionais com o objetivo de registrar os modos como as informações são construídas e articuladas na sociedade informacional (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

Como objetivo deste estudo, aponta-se a caracterização e entendimento da cultura material, entendida como um conjunto de objetos que agem sobre os humanos (MILLER, 2013), enquanto

fonte/suporte de informação para a construção da memória social/coletiva. Para sua execução, alguns objetivos específicos devem ser indicados, tais como: Instrumentalizar a conceituação de Memória no âmbito da Ciência da Informação; Contextualizar a noção de informação, enquanto produto humano dentro de um contexto sociocultural; Verificar a composição da noção de cultura material direcionada para o âmbito da Ciência da Informação; Identificar os processos de constituição da informação acerca da cultura material; Estabelecer o nexos entre a informação originada na cultura material com as construções memorialísticas.

Do ponto de vista pessoal, esta pesquisa se justifica em decorrência da nossa aproximação com a área das artes visuais a partir do curso de licenciatura em artes e necessidade de promover uma maior aproximação da Ciência da Informação com a pesquisa em Artes, enriquecendo ambas as áreas de pesquisa.

A pesquisa científica, parte de uma inquietação, uma reflexão e questionamentos acerca de seu objeto de estudo, ou seja, cultura material. Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa é entendida como qualitativa e bibliográfica, com foco no universo conceitual dos estudos sobre a cultura material, bem como os mais diversos teóricos, que dialogam com a Ciência da Informação e pesquisam os temas: patrimônio, cultura material, informação e memória através da interface entre arqueologia, museologia e Ciência da Informação.

Para seguirmos nossa pesquisa realizamos a revisão de literatura sobre história da Ciência da Informação, buscando incluir e discutir os conceitos de informação que possuam os contornos necessários para consubstanciar as relações e inferências advindas do nosso olhar sobre o tema: **cultura material como fonte de informação para construção da memória** de um grupo social, esta visão eminentemente interdisciplinar, já que agrega o discurso de diferentes disciplinas, é relevante para a compreensão de como a cultura material é criada e introduzida em um processo de produção de memórias.

Para realização desta pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde foi identificado as relações da cultura material com a informação para a construção da memória, pesquisas relacionadas aos assuntos citados anteriormente e sobre os quais se busca comparar neste trabalho, promovendo, então, um confronto conceitual entre os diversos conceitos de Informação, cultura material e a construção da memória.

Seguindo o pensamento de Moresi (2003) estaríamos em uma pesquisa bibliográfica que é o estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas,

periódicos, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral, mas seguimos além ampliando a visão da nossa pesquisa uma vez que com base no material coletado e pesquisado.

Fizemos uma comparação dos conceitos estudados (memória, cultura material e informação) destacando os que tomamos como referência na construção deste trabalho, procurando identificar os atributos fundamentais que definem esses conceitos, em momento subsequente demonstramos como construímos nosso pensamento acerca da cultura material como fonte de informação e memória, tomando como ponto de partida as pinturas rupestres com o enfoque nos principais conceitos de cultura material, informação e memória.

A fundamentação e conceituação precisa das unidades classificatórias, chamadas genericamente aqui de *Conceitos da Arte Rupestre*, são essenciais para o entendimento do processo de representação da sua informação. Há, notadamente, uma ênfase descritiva no uso dessas estruturas organizativas, em detrimento do aspecto interpretativo das mesmas. Essa posição é evidenciada pelo processo encontrado na elaboração dessas unidades, onde poucos autores, dentre eles Seda (1997), Pessis (1989) e Prous (1989), admitem a possibilidade de uso interpretativo para estruturas classificatórias semelhantes, visto que a Arte Rupestre, devido a fragmentação de sua cadeia comunicante, não permite a recuperação do significado originalidade suas representações, impedindo assim sua interpretação.

Portanto, o presente trabalho visa investigar os métodos de definição e estruturação de conceitos como estruturas teóricas que norteiam o próprio ato de representar. Em outras palavras, essa investigação visa explorar os princípios constitutivos que definem uma classe no universo da Arte Rupestre Brasileira. Nesse processo serão considerados os atributos utilizados para definir cada uma das unidades classificatórias específicas dessas expressões figurativas, mas a natureza de atributos que delimitam a formação e definição da noção de cada unidade classificatória.

A importância dessas estruturas está fundamentada no ato de que somente se pode iniciar qualquer forma de entendimento do real a partir de sua representação. Essa representação, no caso da Arte Rupestre é identificada pela formulação de seus conceitos, como apresentados na literatura. E, é através desse conceitos que se viabiliza qualquer aproximação interpretativa do fenômeno, já que as comparações e análises se dão em base das unidades representativas e não dos objetos reais, atestando que a aproximação entre a esfera do fenômeno, em si, e a da interpretação se dá mediante a presença, marcante, da representação.

A partir do referencial teórico apresentado, os principais itens de cada assunto serão relacionados e comparados, a fim de responder o problema de pesquisa que é identificar a cultura material como fonte de informação a partir da não textualidade. A cultura material traz à tona a informação e a memória como elementos de representação, nesse contexto foi necessário nos debruçarmos mais diretamente sobre outros temas, como os conceitos de cultura, memória, informação, cultura material, relacionando-os entre si e com o conceito de sociedade.

Na visão de Loureiro, Azevedo Netto e Cascardo (2014, p.17) antropologia é entendida como “ocupante de boa fé [do...] domínio da semiologia”, referindo-se a Ferdinand de Saussure, que havia apresentado a Linguística como “parte de uma ciência ainda por nascer” para a qual ele reservava o nome “semiologia” e atribuía como objeto de estudo a vida dos signos no interior da vida social. Uma das dificuldades que estudos apontam em torno da seguinte questão: todos os fenômenos pelos quais a antropologia se interessa têm esse caráter de signo? Ele exemplifica essa questão com um sistema de crenças (ex: totemismo) e uma forma de organização (clãs, por exemplo), que levam à pergunta: o que tudo isso significa? Neste caso, sob a égide do Estruturalismo Levi-Straussiano, baseado nas dualidades semiológicas, com uma subordinação às demandas linguísticas, atrelando ao signo seu significado, o que produz barreiras de entendimento, na medida em, que o significado é uma parte intrínseca do signo.

O que não vai acontecer na Semiótica Peirceana, quando o signo, que é entendido como algo que está no lugar de alguma coisa (ECO, 1980), passa a ser um mediador do significado, que é produzido pelas semioses<sup>1</sup>.

Assim, para compreender como a informação e a memória, encontradas nos objetos/documentos, contribuem na construção da identidade, recorremos a Hall (2006), onde coloca que as múltiplas identidades assumidas pelo indivíduo são decorrentes do processos de interação social dele com o seu grupo, que podem ser percebidas como mecanismo de pertencimento às culturas, aos grupos étnicos, aos grupos sociais. Com isso, apresentaremos nossa compreensão do conceito de cultura material (que nesse caso tomamos como referencial a pintura rupestre) como fonte de informação e memória uma vez que a vemos em um processo cíclico de conceituação, sendo marco memorialístico daqueles povos que a produziram, mas ao mesmo tempo também podem ser marcos daquela população que os visualiza e reconhece sua existência,

---

<sup>1</sup> Semiose, a ação de um ou mais signos sobre outros, no processo de produção dos significados (ECO, 1980)

percebem com seus sentidos, na contemporaneidade, o que os coloca como uma materialidade, sendo assim considera como um elemento da cultura material.

Em conformidade com Peirce (1977), existem três propriedades formais que dão capacidade a algo para que este funcione como um signo: sua qualidade, sua existência e seu caráter de norma ou tradição. A lógica, concebida como semiótica, divide-se em três ramos: a teoria geral dos signos, a lógica crítica ou teoria dos tipos de raciocínio utilizados por uma mente científica (abdução, indução, dedução) e, por fim, a metodêutica, que estuda o método das ciências, Peirce (1977) foi ainda mais longe na sua perseguição dos alicerces de sua filosofia e de sua lógica.

Antes do desenvolvimento de uma doutrina de todos os tipos de signos como propedêutica para estudar os métodos das ciências, havia uma tarefa ainda mais preliminar da qual, segundo Peirce (1977), nenhum pensador pode se furtar: a radical análise de todas as experiências possíveis, ou seja, trazer à baila as categorias gerais, abstratas e formais, onipresentes em quaisquer fenômenos de quaisquer espécies.

As muitas décadas que Peirce (1977) levou para o amadurecimento de sua obra ficam explicadas pelo fato de que, não apenas ele se impôs como tarefa desenvolver uma doutrina dos signos antes de estudar os métodos das ciências, quanto também, como ponto de partida ainda mais recuado, descontente com as categorias aristotélicas, kantianas e hegelianas, de acordo com Fish, citado por Santaella (1985), ele se impôs a primordial tarefa de estabelecer uma tabela formal e universal de categorias a partir de uma radical análise de todas as experiências possíveis.

Peirce levou para a Filosofia o espírito da investigação científica, assumindo que as disciplinas filosóficas são ou podem se tornar também ciências. Para tal, propôs aplicar na Filosofia, com as devidas modificações os métodos de observação, hipótese e experimentos que são praticados nas ciências. Para Peirce, o caminho para a Filosofia deveria ser feito através da Lógica, isto é, através da Lógica da ciência. “Peirce era uma espécie de filósofo que era, em primeiro lugar um cientista e uma espécie de cientista que era em primeiro lugar, um lógico da ciência (SANTAELLA, 1985, p. 26).

A exemplo que quando vemos um vulto vermelho temos uma qualidade daquilo que pode ser um signo; quando constatamos que se trata de um pano, temos a existência desse signo; e quando verificamos ser uma bandeira temos a convicção de que por tradição, trata-se de um signo convencionado na cultura.

É desse modo que nos situamos no mundo em nossa volta: primeiro os objetos surgem em

nossa mente como qualidades potenciais; segundo, procuramos uma relação de identificação e terceiro, nossa mente faz a interpretação do que se trata. Por isso a Semiótica se baseia numa tríade de classificações e inferências, ao demonstrar que existem os objetos no mundo, suas representações em forma de signos e nossa representação mental e pública (SANTAELLA, NÖTH, 1988) desses objetos. Desde uma simples sensação até os discursos mais elaborados, como um filme, nossa mente vai lidar com os signos que fazem uma intermediação com a realidade que nos cerca. A compreensão que temos do mundo, os registros e as interpretações, a transmissão de informações, completam o processo de comunicação baseado nos sistemas de signos que compõem toda e qualquer forma de interação.

A Semiótica Peirceana não deve ser confundida com uma ciência aplicada, pois seu legado demonstra a preocupação em tecer conceitos de signo adaptáveis a qualquer ciência aplicada. Como linguagens, as ciências são na verdade alicerçadas pela teoria semiótica. Algumas noções importantes podem ser apreendidas das definições anteriores, com especial atenção para os níveis de percepção que esta teoria apresenta<sup>2</sup>. Uma delas refere-se ao fato de que o fluir do sentido, da percepção, é um processo à medida que envolve uma série de procedimentos lógicos culminando com a atribuição de um “sentido”.

Este sentido, por sua vez, é o produto do processo, que não deve ser considerado a partir de uma perspectiva linear e/ou sucessória, mas antes contextual. Outra ideia acerca das formas de representação está relacionada ao fato de o indivíduo desenvolver tal processo, de acordo com um esquema ou quadro de referência interno, preestabelecido e respaldado em suas experiências anteriores, conhecimentos prévios e contexto sociocultural e profissional em que está inserido.

Os ícones puros não são uma classe de signos; são fenômenos que criam um modo particular de ver sem relacionar o objeto de atenção a alguma outra coisa. Peirce (1977) descreve como, na contemplação de uma pintura representacional, a imagem pode perder sua natureza referencial e deixar de ser um signo com referência para transformar-se em ícone genuíno sem referência alguma:

Ícones são substituídos pelos seus objetos tão completamente até ser dificilmente distinguíveis deles [...]. Assim, contemplando uma pintura, há um momento onde

---

<sup>2</sup> As percepções de primeiridade, onde há uma equivalência entre o representado e a representação. As percepções de secundidade, onde há uma relação fracionada entre o representado e a representação. E a de terciridade, onde não há relação entre o representado e a representação, a não ser aquela dada pela tradição, pela norma.

perdemos a consciência de que não é a coisa, a distinção entre o real e a cópia desaparece, e é no momento puro sonho — nenhuma existência particular, e também não uma geral (PEIRCE, 1977, p.123).

Teremos algumas ilustrações que como referência de ilustrações escolhidas nesta pesquisa, como objetos de análise para fundamentação deste trabalho. Atendendo à pluralidade da pintura rupestre, analisaremos a contraposição de conceitos. Estes signos apresentam-se de forma peculiar de acordo com os marcos estáticos e conceituais inerentes às suas realidades culturais.

Essas configurações mostram conjuntos sógnicos que, independente de sua feição icônica, indicial ou simbólica, estabelecem semioses entre si, o que deve levar ao observador considerar a totalidade do que está sendo representado, mesmo com as tendências de privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros. No tocante às figuras 1 e 2, observa-se em um mesmo sítio, situações onde há a composição entre figuras antropomorfas, zoomorfas e lineares em vermelho e suas tonalidades, sendo que somente a figura 2 vai aparecer figuras circulares em branco.

Figura 1: Sítio Toca da Extrema – (PI) (GUEDES, 2014).



Figura 2: Sítio Boqueirão da Pedra Furada – (PI) – Painel principal (GUEDES, 2014).



O fluir do sentido, da percepção, é um processo à medida que envolve uma série de procedimentos lógicos culminando com a atribuição de um “sentido”, inerentes a própria posição sócio-cultural do observador, em determinado tempo e espaço.

Outra ideia está relacionada ao fato de o indivíduo desenvolver tal processo, de acordo com um esquema ou quadro de referência interno, preestabelecido e respaldado em suas experiências anteriores, conhecimentos prévios e contexto sociocultural e profissional em que está inserido.

A partir de então, o processo de comunicação é concebido como uma articulação de práticas de significação em um campo de forças sociais. Práticas essas não aleatórias, mas enraizadas em um corpo de conhecimentos e nas estruturas de sentido disponíveis em uma sociedade determinada, ou mediante regras do fazer profissional e as especificidades de cada meio de comunicação (LOPES, 1993).

# 1. INFORMAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL

## 1.1 O FENÔMENO INFORMAÇÃO: CONTORNOS E ESPECIFICIDADES

É possível a algumas reflexões e entendimentos sobre o que é informação. Le Coadic (1996, p.5) aceita que a informação seja um conhecimento inscrito sob a forma escrita, oral ou audiovisual e comporta um sentido e, por isso, possui um significado que “pode ser transmitido a um ser consciente, por meios de uma mensagem inscrita em um suporte espaço-temporal”. O mundo globalizado é o mundo da comunicação em tempo rel, do rompimento das barreiras espaciotemporal em nossas mentes, pois, “não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação (LE COADIC, 1996, p.61).

A quantidade de informação por unidade de tempo, relata Le Coadic (1996), tem se ampliado exponencialmente, mas pensamos que, tal processo começa a configurar outras demandas, já que outras formas de suporte de informação (imagética, dos objetos entre outras) começam a despontar e ser reconhecidas como tal, o que acarreta desdobramentos sob o ponto de vista da capacidade humana de absorver e processar, com um mínimo de qualidade, essa massa informacional.

A Ciência da Informação é a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e os meios de processamento da informação para um acesso e uso ótimos (TAYLOR, 1966). Assim, a informação enquanto fenômeno sócio-cultural, como é colocado por Zeman (1970), discorrendo sobre a “corrente de informação”, afirma que “[...] a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo”. E continua sua argumentação dizendo que:

[...]o transporte, a criação, a mudança da informação dependem da diferença de informação em dois níveis (designados habitualmente pelo conceito de fonte e destinatário), da inovação (a resistência que se opõe ao processo de igualização da diferença de nível) e do tempo” (ZEMAN, 1970, p. 154-179).

É necessário a diferenciação da informação entre tangíveis (informação-como-coisa) e intangíveis (conhecimento e informação-como-conhecimento) `A distinção entre intangíveis

(conhecimento e informação-como-conhecimento) e tangíveis (informação-como-coisa) é fundamental para o que se segue.

Se você pode tocar ou medi-lo, não é conhecimento, mas deve ser alguma coisa física, possivelmente informação-como-coisa, essa distinção pode estar superada. Conhecimento pode tranquilamente ser representado no cérebro como algo tangível, de modo físico. Entretanto, para os presentes propósitos, diferenciar logicamente conhecimento de armazenamento artificial de informação parece razoável e útil.

Avaliações acadêmicas testam habilidades individuais de responder a perguntas ou resolver problemas, o que se presume que produza medidas indiretas do que eles sabem, mas essa não é a questão. Conhecimento, entretanto, pode ser representado, simplesmente como um evento que pode ser filmado. Entretanto, a representação nada mais é que conhecimento assim como o filme é o evento. Qualquer outra representação é necessária em sua forma tangível (código, sinal, dados, texto, filme, etc.) e somente representações do conhecimento (e de eventos) são necessariamente “informação-como-coisa”.

Na atualidade, a visualização da informação conta com o uso das interfaces, para apresentar suas estruturas, figuras e objetos de interação, Buckland (1991) classifica a informação em três grupos: informação como processo; informação-como-conhecimento e informação-como -coisa. Esta se refere aos objetos que são considerados informativos em suas características físicas, como os documentos descritos ou representados por alguma forma física como o sinal, o texto ou a sua comunicação.

Pode-se dizer que as estruturas de visualização da informação se inserem no grupo “informação-como-coisa”, pois são objetos com a finalidade de transmitir informações diferentemente das formas convencionais, como documentos ou textos a imagem, é reveladora, nesse trabalho de pluralização, de um ponto obscuro inexplicável por completo, que remete àquela alteridade que na teoria literária e antropológica de modo particular (BARTHES, 1987), foi identificada com a errância, a migração, o deslocamento, mas que também é, conforme Paul Ricoeur, aquele Tu último, misterioso, definitivo e indefinível ao mesmo tempo, ao qual o Eu se dirige. Portanto, a imagem que emerge do texto, de que é composta a “textualidade”, não é redutível a uma impressão visual.

Nessa área, a abordagem tradicional coloca a informação como externa, objetiva, alguma coisa que existe fora do indivíduo. E a mensagem transmitida pelo emissor [...] informação, nesse

contexto novo tradicional, existe em um mundo ordenado e é capaz de ser descoberta, definida e medida. Pontos importantes desconsiderados nesta abordagem são os seguintes: o conhecimento não é absoluto: as pessoas mudam e a mensagem enviada não é idêntica à recebida (MORRIS, 1994). Entretanto, comportamento de busca e uso de informação são também modelados pelo estilo cognitivo do indivíduo, isto é, sujeito ativo internamente versus ativo externamente, sistemático versus intuitivo e/ou criativo versus menos criativo (ROUSE; ROUSE, 1984).

Já na década de 70, as pesquisas refletindo a recepção dos meios a partir do modelo reducionista dos efeitos, integrando a produção e a recepção da mensagem massiva a um quadro semiológico acabam por colocar a recepção como prática complexa de construção social de sentido. Nessa perspectiva, entende-se que “o receptor não se depara com o meio de comunicação trazendo a mente vazia, mas sim repleta de atitudes, ideias e valores (repertório cultural) que coloca em jogo com os repertórios propostos nas mensagens envolvidas na comunicação” (OROZCO, 1991, p. 29).

Poderíamos dizer que nos informamos por inúmeras variedades de coisas, como mensagens, dados, documentos, objetos, eventos, uma vista pela janela, por qualquer tipo de evidência. Esse fenômeno foi reconhecido por Brookes (1979, p.14): “Nas ciências têm-se reconhecido que a fonte primária da informação não é a literatura das ciências, mas sim a observação relevante do fenômeno natural”. Cientistas (e outros) encontram “sermões nas pedras e livros nas corredeiras de riachos.” Como poderíamos identificar esses candidatos a serem considerados como informação? Note que estamos restringindo nossa atenção a coisas físicas e eventos físicos (BROOKES, 1979).

Algumas pessoas poderiam dizer que alguns de seus conhecimentos vêm de buscas para-físicas, notadamente de inspiração divina. Outras negariam qualquer fonte não-física de informação, mas para que ela possa existir, a ciência da informação seria incompleta se isso fosse excluído. Não sabendo o que dizer sobre esses assuntos notamos essa suposição como uma possível área de interesses incomuns dentro da ciência da informação.

O significado apropriado de “documento” tem se relacionado com os cientistas da informação no movimento “documentalista”, buscando manter sistemas de fontes de informação desde o começo deste século. O legado dos documentalistas em usar “documento” como um termo genérico denota alguma fonte de informação física no lugar de limitá-la a objeto textual num específico meio físico como papel, papiro pergaminho, ou microforma.

Guiados pela fala de Buckland (1991) compreendemos a informação por três ângulos de entendimento, “informação-como-processo”; “informação-como-conhecimento”; e “informação-como-coisa”, esses três significados de "informação" junto com o “processamento da informação”, oferece uma base para a classificação de atividades de informação relacionadas com atividades diferentes (ex., retórica, recuperação bibliográfica, análise estatística) e, desse modo, define um campo para a “ciência da informação”. A natureza e características da “informação-como-coisa” são discutidas, utilizando uma aproximação indireta “Que coisas são informativas?”. Variedades de “informação-como-coisa” incluem dados, textos, documentos, objetos e eventos, segundo Buckland (1991), qualquer que seja o sistema de armazenamento e recuperação da informação necessita da “informação-como-coisa”.

Pautados pelos estudos anteriores seguiremos no pensamento da informação-como-coisa, entendendo que os objetos representam informação, sendo consideradas pelo objeto em si, e também pelo que ele representa ou mesmo o contexto em que está inserido tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo, representando um elemento fundamental no processo da comunicação como um todo, já que tem um significado para o que a recebe que significa que vai entender e compartilhar, digamos, o mesmo código que quem lhe envia. A informação nos permite tomar decisões e resolver problemas, devido a que seu aproveitamento racional é a base do próprio conhecimento. A informação é um recurso que outorga significado a realidade, mediante códigos e conjunto de dados, dá origem aos modelos de pensamento humano.

## 1.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DISCIPLINARIDADE E RELAÇÕES

Para uma ciência como a ciência da informação, é sem dúvida importante a forma como seus termos fundamentais são definidos e, assim como em outros campos, na ciência da informação a questão sobre como definir informação é frequentemente levantada. No discurso científico, conceitos teóricos não são elementos verdadeiros ou falsos ou reflexos de algum outro elemento da realidade; em vez disso, são construções planejadas para desempenhar um papel, da melhor maneira possível. Diferentes concepções de termos fundamentais, como informação, são, assim, mais ou menos úteis, dependendo das teorias (e, ao fim, das ações práticas) para as quais espera-se que deem suporte.

A compreensão, a partir do ponto de vista da ciência da informação afirma uma contribuição científica, pontuando que esta pesquisa visualiza, o processo que a cultura material passa a ser considerada como suporte de informação levando à aquisição de novas descobertas sobre os diferentes universos estudados<sup>3</sup>, que levam à formação do processo de construir e manter memórias sobre determinadas sociedades.

Segundo Mikhailov (1970), no trabalho *Informática: Novo nome para a teoria da Informação Científica*, Informática (termo adotado na antiga União Soviética para designar Ciência da Informação) é: “uma nova disciplina científica que estuda a estrutura e as propriedades da informação científica, bem como as regularidades da atividade de informação científica, sua teoria, história, métodos e organização”.

Foskett (1970, p.12), em seu artigo *Informática*, afirma que, no trabalho de Mikhailov, “[...] embora se reconheça a importância de técnicas mecanizadas para vastas quantidades de publicação, a abordagem básica consiste, contudo, em colocar a Informática no contexto social, e não considerá-la como uma tecnologia”. Ainda explorando o trabalho de Mikhailov (1970), Foskett (1970) concorda com a afirmação de que a Ciência da Informação “pertence à categoria das Ciências Sociais”, quando observa que:

[...] tal afirmação será certamente bem-vinda por todos aqueles quantos consideram a Biblioteconomia, os serviços de pergunta/resposta e de informação científica, e atividades similares ... como algo que tem a ver com os seres humanos e suas necessidades peculiares, e não com a simples produção de objetos numa linha de montagem” (FOSKETT, 1970, p.12)

“a Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das Ciências Sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural” (LE COADIC, 1996, p.21)

Até agora, definimos o domínio das ciências sociais, posicionamos a informação como um fenômeno social e concluímos que a Ciência da Informação está inserida no contexto das Ciências Sociais por estudar um fenômeno desta natureza. Esta conclusão pode ser reforçada se abordarmos a Ciência da Informação sob o prisma da interdisciplinaridade e da orientação a problema, características praticamente inquestionáveis da área, deste modo procuraremos relacionar tais

---

<sup>3</sup> O universos de diferentes disciplinas, como a Arqueologia, Museologia, Artes entre outras

características com a concepção de Wersig (1993), segundo a qual a ciência da informação seria uma ciência pós-moderna. Demonstraremos como esta concepção consolida o objeto de estudo da Ciência da Informação no contexto das relações humanas e portanto, a ciência da informação como ciência social.

Japiassu (1976), no livro *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*, enfoca a interdisciplinaridade como uma exigência interna das ciências humanas (sociais) como

[...] uma necessidade para uma melhor inteligência da realidade que elas nos fazem conhecer. Mas também, como uma exigência de fatores extra científicos, na medida em que o interdisciplinar não responde apenas a uma necessidade de especulação desinteressada. Ele se impõe também tanto para a formação do homem quanto para responder às necessidades de ação. E colocar o problema da interdisciplinaridade nas ciências humanas já é colocar a questão do diálogo dessas disciplinas” (JAPIASSU, 1976, p.29).

Para Pacheco (1995), a informação enquanto artefato é criada num tempo, espaço e forma específicos, podendo ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização. Segundo autor, a busca estabelecer um diálogo contextualizado com o leitor, não como uma forma de apresentar definições fechadas sobre o conceito de informação, mas sim na tentativa de criar um cenário para que dentro dele alguns conceitos tenham sentido. A presença do homem no processo informacional pode estar relacionada à visão da Informação considerada como artefato (PACHECO, 1995), no sentido de ser um produto de confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. Como artefato, a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação. Assim essa relação é efetivada na medida em que:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização (PACHECO, 1995, p.21).

De acordo com os pensamentos de Zeman (1970, p.157) informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este

estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores.

Um signo busca representar, em parte pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo se o signo representar seu objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é imediatamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa mediata ou determinante é o signo, e da qual causa mediata é o objeto, pode ser chamada o Interpretante (SATAELLA 1990, p.78).

Nas últimas quatro décadas a ciência da informação apresentou contribuições que influenciaram o modo como a informação é manipulada na sociedade e pela tecnologia e também permitiu melhor compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação. A ciência da informação desenvolveu um corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais ligados às questões informacionais.

Certamente, a ciência da informação não é o único campo que se ocupa com estas questões. Entretanto, mudanças significativas estão ocorrendo em muitos campos pelo surgimento de problemas informacionais semelhantes, embora algumas vezes, de forma bastante diferente. Eventualmente, a questão é: Como poderemos entender o comportamento do fenômeno informação, em se tratando de suas cadeias de produção, distribuição, acesso e uso, de modo sequencial ou autônomo, dentro das práticas sociais que a fundamentam? Ademais não importa se a atividade que trata dessa questão seja chamada de Ciência Da Informação, Informática, , Estudos de Informação, Ciências da Computação e da Informação, Inteligência Artificial, e Engenharia, Biblioteconomia, Arquivologia desde que os fenômenos sejam enfocados em termos de práticas humanas e produtos tecnológicos. Para que ela se transforme em comunicação, deve ser compreendida pelo receptor que a decodifica e chega a uma conclusão. A informação só produz conhecimento quando quem a recebe sente a necessidade de compreendê-la. Compreender é buscar conhecer a informação através do ato investigativo.

### 1.3 MEMÓRIA – O CONCEITO E O PROCESSO

Com base em Le Goff (1990), a memória, em uma primeira instância, seria a capacidade de armazenar determinadas informações, quer por um indivíduo, quer por um grupo ou uma comunidade. O autor pondera sobre uma estrita correlação entre a memória e a história, de modo que a memória seria o lugar “onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p.477).

Estreitando a relação entre memória e informação, Le Goff (1990, p.423) afirma que a memória é uma propriedade relacionada à conservação de certas informações, de modo que nos remete “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Esta compreensão que relaciona memória e informação nos é útil, pois remete à preservação, categoria significativa na história da Ciência da Informação e nos permite compreender que a memória possibilita que certas experiências informacionais sejam preservadas por meio de estruturas psíquicas e materiais de modo que possam ser recuperadas.

Mariano e Oliveira (2015) dialogam com Assmann (2011) e discutem os espaços de recordação a partir da memória cultural, salientando que atualmente há uma intensificação do problema da memória e que diferentes interesses e questões de pesquisa se cruzam para compreender esse complexo fenômeno. Dialogando com as tradições(mnemotécnica e discurso de identidade), com as perspectivas(memória cultural, coletiva e individual) e com as mídias(textos, imagens, lugares, bem como discursos: literatura, história, arte, psicologia...), analisam suas funções, seus meios e formas de armazenamento, apresentando os diversos caminhos que levam à memória.

[...] a Memória é não apenas importante para a retenção do conhecimento, mas fundamental para a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e filosófico. Sem a memória que permita a presentificação do conhecimento não há o passo adiante. A memória é, assim, de certo modo, mãe da inspiração: pois, o que é o nosso fazer contínuo além da fabricação do passado que se faz a cada instante? (ASSMANN, 2011, p. 20-21).

Sobre memórias coletivas, Halbwachs (2006) torna claro que estas se inserem dentro de contextos, firmadas através de contratos sociais, agregando-se às lembranças individuais que

constituem os diversos grupos sociais. As memórias coletivas surgem a partir das lembranças e podem ser evocadas em diferentes tempos e por diferentes mecanismos.

A relação entre informação e memória, pode ser considerada na medida em que um determinado elenco de informações, que se referem ao passado de um grupo, são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. A relação entre a informação e a memória pode ser visualizada na multiplicidade de suportes que a informação pode ser materializada para representar a cultura material expressa por meio de documentos e monumentos (LE GOFF, 1990).

É preciso também observar as funções do corpo e suas potencialidades em relação às imagens que lhe são exteriores, pois “os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles”. Na obra *Matéria e Memória*, Bergson (1990) afirma que com o corpo construímos subjetivamente os objetos e as relações com o mundo. Nesse sentido, a imagem é também memória porque é dela que extraímos os fatos/acontecimentos que configuram nossa forma de relação em sociedade ou com outros objetos. Portanto, nossa ação sobre as coisas identificando-as como imagem/lembrança ou remidiatizando-as como imagem-ação. Ampliando seu pensamento sobre a relação objetos e imagens, Bergson (1990, p. 72) afirma;

[...] o que constitui o mundo material [...] são objetos, ou, se preferirem, imagens, cujas partes agem e reagem todas através de movimentos umas sobre as outras. E o que constitui nossa percepção pura é, no seio mesmo dessas imagens, nossa ação nascente que se desenha. [...] A partir daí, toda diferença é abolida entre a percepção e a lembrança, já que o passado é por essência o que não atua mais, e que ao se desconhecer esse caráter do passado se é incapaz de distingui-lo realmente do presente, ou seja, do atuante (BERGSON, 1990).

Desta forma, a memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente e condensa também em uma única intuição. Os momentos múltiplos da duração e, assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela.

Nas palavras de Bergson (1990, p.113), “meu presente é aquilo que me interessa o que vive para mim e, para dizer tudo, o que me impele à ação, enquanto meu passado é essencialmente impotente”. De acordo com o autor, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia. A partir daí, pode-se relacionar as figuras rupestres,

enquanto produto humano que marca um determinado local, como um indicativo memorial (FIGURA 3).

Figura 3: Sítio Caxingó, Município da Prata – figura de antropomorfos com objetos nas mãos, em branco



A bibliografia recente sobre memória tem investigado de maneira fragmentária e tímida o papel central dos objetos materiais nos processos de rememoração, que ocorrem num universo que é tanto de palavras quanto de coisas. Já anteriormente se havia ressaltado a dimensão corporal da memória. Edward Casey (1987) talvez tenha sido um dos autores mais influentes a fixar, com ênfase, a noção de *body memory*, como também a questionar a assimetria entre as representações mentais e materiais e o primado das primeiras (verbais ou imagísticas) como mediadoras da memória.

Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva tem seu ponto de apoio nas imagens espaciais. Estas influenciam a formação, manutenção e evocação de nossas lembranças. Nosso entorno material traduz, simultaneamente, nossa marca e a dos outros. Apresenta-se como uma sociedade muda e imóvel, na analogia de Halbwachs, uma vez que, apesar de não falarem,

os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente, já que as formas dos objetos têm, para cada um, significações particulares. Isso se dá porque o lugar recebe a marca do grupo cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. Assim, quando um grupo vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, “[...] não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores” (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Por se tratar de processos cognitivos encarnados (*embodied cognitive processes*), estão eles marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, as naturezas físicas dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória, mas que não poderá ser aqui desenvolvido. Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente.

Os locais geracionais possuem seu significado a partir do vínculo que famílias e grupos mantêm com determinado local geográfico: este determina as formas de vida e experiência das pessoas, ao passo que elas datam o local de sentido com base em suas tradições e histórias. Estabelece-se, assim, uma relação de continuidade com o passado, o que difere dos locais honoríficos (ASSMANN, 2011), marcados por relações de descontinuidade, por uma relação de diferença entre passado e presente. São locais cuja história fora interrompida, mas que ainda se encontra materializada em ruínas ou objetos que se mantêm. Tais objetos transformam-se, desse modo, em elementos de narrativas e, assim, pontos de referência para uma nova memória cultural. Os locais sagrados (ASSMANN, 2011), por sua vez, seriam locais nos quais se poderia vivenciar a presença de divindades, sendo apontados como lugares de memória mítica (talvez religiosa) e real (coletiva).

#### 1.4 CULTURA MATERIAL – ABRANGÊNCIA CONCEITUAL

Segundo Capurro e Hjørland (2007) há, na literatura científica, certo consenso de que a informação é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, tecnológico, social e humano, implicando diretamente na relevância da Ciência da Informação nos dias atuais. No amplo espectro de assuntos de interesses da Ciência da informação encontramos os recursos

informativos criados para registrar elementos da memória cultural das sociedades. Sobre esta questão Oliveira e Rodrigues (2011) afirmam que a necessidade de possibilitar o acesso aos registros informativos e memorialísticos levou à criação das instituições de memória como lugares destinados à preservação dos registros do conhecimento, da arte e da cultura nas suas mais diversas formas de materialização. Assim, os arquivos, as bibliotecas e sobretudo os museus, compreendidos enquanto instituições de memória, possibilitam a sistematização da preservação e do acesso a esses registros informativos e memorialísticos.

Atentos ao relato de Pinheiro (2004), entendemos que todos os campos do conhecimento se alimentam de informação, mas poucos são aqueles que a tomam por objeto de estudo e este é o caso da Ciência da Informação. Por outro lado, esta informação de que trata a Ciência da Informação movimenta-se num território multifacetado, tanto podendo ser informação numa determinada área quanto sob determinada abordagem. A informação depende do contexto (científico, tecnológico, industrial, artístico, cultural, entre outros) e corresponde às aplicações, assim chamadas na literatura norte-americana, ou transversalidade, qualidade da informação de perpassar todas as áreas (PINHEIRO, 2004).

A ideia de cultura presente no senso comum de expressiva parcela da sociedade tem sua origem em perspectivas eurocêntricas. A noção de *civilization* desenvolvida na segunda metade do século XIX na França propunha que o homem partia de um estágio primitivo em direção a estágios civilizatórios superiores. Desse modo, ser civilizado compreende a adoção de costumes, significados e sentidos, cujos modelos encontrava-se no mundo europeu. Esta visão ainda presente em parte do imaginário coletivo é entendida como cultura erudita em oposição àquela designada como cultura popular (SILVA, GARCIA, LOUREIRO, 2015). Bauman (2005) acrescenta que nas Ciências Sociais, a cultura deve ser apreendida como a conjunção de comportamentos, ideias e práticas sociais, aglutinando o conjunto de valores, padrões, tradições e normas que caracterizam e distinguem determinado grupo de indivíduos.

Neste contexto, a cultura para Bauman (2005) é entendida como a natureza do convívio humano em vários estágios de coabitação ou engajamento, exemplificado pelo matrimônio e pelo divórcio, entre outros. Os conceitos de Nação e Estado são complementares, sendo entendidos melhor quando correlacionamos, para o primeiro, com as necessidades da luta pela manutenção do Estado, a outra contempla os esforços de “construção nacional” do Estado (BAUMAN, 2005).

No entanto, podemos concordar com Rede (1996) que defende a cultura como sendo definida sobretudo por atributos ideacionais (crenças; valores; idéias; postulados). Portanto, colocando a cultura material como o reflexo de uma cultura concebida como patrimônio abstrato, alheia a toda materialidade. Assim sendo, a sua mobilização analítica esclarece prioritariamente o universo mental da sociedade. A cultura seria para este autor a somatória de componentes discretos (ideológica; sociológica; material) distribuídos estratigraficamente<sup>4</sup>. Vejamos:

No século XVIII." cultura" é sempre empregada no singular, o que reflete o universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem (com maiúscula), além de toda distinção de povos ou de classes. "Cultura se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada a idéias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época. Se o movimento Iluminista nasceu na Inglaterra, ele encontrou sua língua e seu vocabulário na França, [...] Cultura está então muito próxima de uma palavra que vai ter um grande sucesso (até maior que o de "cultura") no vocabulário francês do século XVIII: "Civilização" As duas palavras pertencem ao mesmo campo semântico refletem as mesmas concepções fundamentais. Às vezes associadas, elas não são, no entanto, equivalentes. "Cultura" evoca principalmente progressos individuais, "civilização processos coletivos (CUCHE 2003 p. 21).

Para pensar a informação pelo ponto de vista da relação entre Arqueologia e Ciência da Informação, observamos que Pacheco (1995) procura, dentro da teoria da Ciência da Informação, definir informação como artefato e Azevedo Netto (1997, 2000) discute a natureza da informação da arte rupestre e realiza uma análise de conceitos dentro da Arqueologia.

A Arqueologia pode ser considerada como a disciplina que tem como objeto de estudo os artefatos produzidos e utilizados pelo homem no passado, como proposto por Dunnell (2005). Esses artefatos são considerados fonte de informação, os documentos, do comportamento de grupos que os utilizaram pela recuperação desses dados, descrever e entender os comportamentos humanos no passado, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fósil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento e leva a consideração de um sistema cultural em que há a transferência da informação de condutas, crenças, valores e modos de fazer, desde a produção do artefato, passando pelo seu uso, até o seu descarte.

[...] trata-se, portanto da exteriorização de idéias e conceitos que podem ser decodificados, ou melhor, interpretados segundo o contexto cultural que se inscrevem. Em outras palavras, trata-se de estudar o conjunto da parafernália que

---

<sup>4</sup>Onde os componentes estariam ocupando determinados estratos, que são nichos cronologicamente distribuídos.

identifica o grupo como uma linguagem visual, um código, uma iconografia (AZEVEDO NETTO, 2013, p. 58).

É da relação mantida entre o signo e seu objeto que surgiu sua explicação como ícone, índice e símbolo. Os ícones são signos que representam seus objetos, com características incorporadas do próprio objeto, independente de um objeto existir ou não. O signo, neste caso, remete a um objeto por apresentar qualidades comuns a ele. Quanto ao índice, é um signo que referencia o objeto; o signo é determinado por uma conexão física com o objeto que representa. "O índice, como seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa como a qual ele está factualmente ligado" (SANTAELLA, 1990, p.90).

O símbolo, enquanto a tipologia de signo que não estabelece nenhuma relação com o objeto representado, já que demanda da tradição ou norma, pode ser interpretado como o objeto ao qual representa, por associações mentais e a aglutinação das ideias que remetem ao objeto representado, a partir de um marco cultural já estabelecido. Essa aglutinação de idéias é referente a um costume, tradição, rotina, hábito ou lei adquirida, que faz o símbolo representar algo diferente dele, afinal, o símbolo é um código que determinado indivíduo e/ou grupo convencionou e passou a ser aceito como representante de algo. Um signo ou representâmen é algo que, sob um determinado aspecto, representa alguma coisa para alguém e esse algo é objeto da representação, e na mente desse alguém, será constituído um outro signo denominado interpretante. Vejamos a contribuição teórica abaixo:

Qualquer objeto concreto encontrado na natureza é um signo, pois é o hábito ou a lei resultante de uma consecução de fatos, ocorrências e transformações acontecidas na experiência da secundidade que só poderiam existir na multiplicidade e variedade da primeiridade. O próprio universo é um signo-pensamento num movimento constante rumo ao desenvolvimento ou continuo característico da semiose (ALMEIDA, 2003, p.67).

Aos olhos de Zubrow (1994, p. 189-190) é observado, portanto, os caminhos da Arqueologia Cognitiva, afirmando que a imagem é um componente importante da informação armazenada na memória. Quando as pessoas pensam em imagens e quando pensam em palavras? Como essas duas formas estão ligadas? Em que situação uma representação através de imagem é mais apropriada que uma palavra? Ambos os sistemas, imagem e palavra, parecem existir simultaneamente, pois as pessoas modernas usam tanto palavras para narrativas, e imagens para

visualização, que remetem a produção e imagens mentais (SANTAELLA, NÖTH, 1998). Os artefatos carregam informação relativas a como foram produzidos e categorizados pelos produtores. Segundo Renfrew (1994, p.4).

[...] Por outro lado, estamos mais preocupados em desenvolver uma abordagem, uma abordagem cognitiva- processual, que irá, quando possível, utilizar os métodos existentes da investigação arqueológica para investigar a antiga utilização de símbolos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Assim, quando visualizamos uma questão do ponto de vista de quem estuda a cultura material provavelmente encontraremos algumas respostas divergentes assim uma pedra, segundo Christopher Tilley (2007), pode ser vista em sua “materialidade bruta”, simplesmente como um agregado amorfo de matéria. Não obstante, pensa o autor, precisamos de um conceito de materialidade para compreender como determinados pedaços de pedra adquirem forma e significado dentro de contextos sociais e históricos particulares (TILLEY, 2007).

No mesmo sentido, o arqueólogo Joshua Pollard (2004, p. 48) explica que “por materialidade entendo como o caráter material do mundo é compreendido, apropriado e envolvido em projetos humanos”. Podemos reconhecer em ambos os enunciados os dois lados do modelo hilemórfico, onde: de um lado, a materialidade bruta ou o “caráter material” do mundo, sua agência; de outro, a agência dos seres humanos que lhe dá forma; e por último, a justaposição, superposição, contraposição dos diferentes materiais, que essas duas anteriores produzem na construção do mundo (INGOLD, 2015). No conceito de materialidade, a divisão entre matéria e forma é reproduzida ao invés de colocada em questão. O próprio conceito de cultura material é uma expressão contemporânea do hilemorfismo matéria-forma.

## **2. AS RELAÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS ENTRE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL**

### **2.1 A CONCEITUAÇÃO IDENTIFICADA**

É preciso ter um olhar amplo e desprovido de preconceitos para compreender a conceituação a partir do próprio conceito de cultura material, como uma expressão contemporânea da ambiguidade matéria-forma para compreender como e em que situação uma representação através de imagem é mais apropriada que uma palavra. Ambos os sistemas, imagem e palavra, parecem existir simultaneamente, pois as pessoas modernas usam tanto palavras para narrativas, e imagens para visualização, que remetem a produção de imagens mentais.

### **2.2 AS CORRELAÇÕES CONCEITUAIS ESTABELECIDAS**

Diante dos conceitos de informação na Ciência Da Informação, já apresentados é possível observar uma pluralidade conceitual, seja considerando particularidades conceituais, seja considerando as vozes conceituais dos estudiosos, que ecoam de diversas localidades do mundo formando percepções universais ou locais de informação.

A informação como produção fenomenicamente social dinamiza a intercomunicação humana e promove exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário por meio de dados, mensagens e atividades documentais que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão. Para esse estudo tomamos como principal ponto de referência a fala de Buckland (1991) (Informação-como-processo; informação-como-conhecimento; informação-como-coisa), mais especificamente “informação-como-coisa” para nortear a idéia da cultura material como fonte de informação.

Nos quadros a seguir destacaremos alguns dos conceitos vistos nessa pesquisa, os quais nos pautamos para delinear nossa visão da cultura material com fonte de informação.

Tabela 1: Conceitos de 'Informação'

<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>	<b>Ano</b>
CAPURRO E HJØRLAND	A informação é condição primordial para o desenvolvimento	2007
DUNNELL	Artefatos são considerados fonte de informação Por meio se sua linguagem visual	2005
MICHEL BUCKLAND	Informação-como-processo, Informação-como-conhecimento; Informação-como-coisa.	1991
PACHECO	Informação enquanto artefato moderno é criada num tempo, espaço e forma específicos, podendo ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização.	1995

Fonte: Elaboração Própria (2018)

Tabela 2: Conceitos de 'Memória'

<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>	<b>Ano</b>
LE GOFF	Capacidade de armazenar determinadas informações, quer por um indivíduo, quer por um grupo ou uma comunidade.	1990
ASSMANN	Memória é não apenas importante para a retenção do conhecimento, mas fundamental para a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e filosófico	2011
HALBWACHS	As memórias coletivas surgem a partir das lembranças e podem ser evocadas em diferentes tempos e por diferentes mecanismos	2006
BERGSON	A imagem é também memória porque é dela que extraímos os fatos/acometimentos que configuram nossa forma de relação em sociedade ou com outros objetos.	1990

Fonte: Elaboração Própria (2018)

Para continuidade da fundamentação conceitual deste trabalho, visitamos alguns conceitos de memória para fundamentar nossa pesquisa, e ao relacionarmos com nosso objeto optamos por seguir a visão de Bergson, entendendo que ao relatar a extração de fatos/acometimentos de uma imagem da margem para uma conversa com os conceitos de informação Buckland (1991), reforçando nosso pensamento de informação na construção da memória.

Do ponto de vistas da Ciências da Informação temos a informação como uma uma produção social, que conduz a produção de conhecimentos por meio da relação de quem produz e que consolme a informação e suas mais diversas formas de interpretar possibilitando uma compreensão possível.

Tabela 3: Conceitos de 'Cultura Material'

Autor	Conceito	Ano
BUCAILLE; PESEZ	A cultura material pode ser definida antes de mais como a cultura do “grosso da população”, a cultura material faz referência a qualquer coletividade, contrapõe-se sobretudo à individualidade.	1989
REDE	É material pela sua "fisicidade" (esta sim imanente), mas não por estar presa a pretensos níveis materiais da vida social. No jogo social, a sua função depende de configurações mutáveis, que não estabelecem fronteiras prévias entre as várias dimensões culturais.	1996

FONTE: Elaboração Própria (2018)

O processo de globalização nos legou a ideia de homogeneidade entre as culturas, o que ameniza, de certa forma, o debate entre os estudiosos, sobre o conceito de cultura material. No entanto, ao iniciarmos um estudo nesse âmbito, descobrimos que apesar da transitoriedade das identidades, muitas vezes propiciadas por esse processo, os povos ainda preservam algumas peculiaridades, podemos perceber nas pinturas rupestres reproduções de lutas entre homens e ataques a animais.

Para que o *homo sapiens* tivesse condições de desenhar essas cenas, ele teve que passar pelo processo imaginativo desta maneira as pinturas de ações humanas, então, pode significar reproduções de acontecimentos passados que estavam na memória do criador, as pinturas rupestres, segundo nos parece, teriam tido significado.

Partindo do ponto de vista do pesquisador, as informações contidas na arte rupestre podem não ser as que foram intencionadas ou mesmo sugeridas, mas por si só, já são informação, tornando possível uma releitura dos signos, mesmo que não sigam seu significado original eles revelam vestígios de uma civilização remetendo a informações importantes do cotidiano de uma sociedade.

### 2.3 AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA MATERIAL MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

Neste contexto, a cultura material é a designação geral dos aspectos culturais determinantes da produção e do uso de artefatos. Portanto concluir que a ideia de cultura material é óbvia e que, por isso, é supérfluo dar-lhe uma definição explícita; também se pode pensar, porém, que desta falta de explicitação possam surgir ambiguidade e mesmo contrassensos. Em resumo, pode-se dizer que, embora o seu significado global seja evidente, como muitas vezes acontece com as ideias e expressões que o investigador usa quotidianamente, a noção de cultura material continua a ser, de fato, imprecisa e não-transparente; apresenta-se, mesmo assim, carregada de um conjunto de conotações bastante diversas, de que não se parece ainda ter feito nem uma recensão pormenorizada, nem um balanço. Tendo em conta a própria sorte da expressão, parece portanto útil e bastante urgente propor a sua definição da maneira mais clara e mais completa possível (BUCAILLE, PESEZ, 1989, p.2).

A noção de cultura material no interior das ciências humanas é, relativamente, antiga. Teve uma evolução bastante longa para que nela se possa individualizar diversas etapas; cerca de um século — a ideia de cultura material sofreu a influência das rápidas e sutis modificações epistemológicas que assinalaram as ciências humanas contemporâneas. Aliás, ela própria se identifica com essas modificações, provando assim adaptar-se a uma conjuntura científica mutável (BUCAILLE, PESEZ, 1989)

De acordo com os autores, a cultura material é composta, mas não só, pelas formas materiais da cultura. A cultura material pode ser definida antes de mais como a cultura do “grosso da população”. Quer isto dizer que é aquela que diz respeito à imensa maioria numérica da coletividade estudada; podem, evidentemente, fazer-se subdivisões dentro de tal maioria e distinguir, por exemplo, classes sociais, grupos rurais e urbanos, etc. Essencialmente, a cultura material faz referência a qualquer coletividade, contrapõe-se sobretudo à individualidade.

Para estes autores existe uma grande capacidade de adaptação da noção de cultura material às necessidades intelectuais da nossa época e, como ela se afirma de tal modo estável e simultaneamente sempre adaptável às exigências do momento, é bastante provável que corresponda a uma necessidade constante nas ciências humanas, e que a satisfaça.

Cultura material, segundo Rede (1996, p.273) é material pela sua "física" (esta sim imanente), mas não por estar presa a pretensos níveis materiais da vida social. No jogo social, a

sua função depende de configurações mutáveis, que não estabelecem fronteiras prévias entre as várias dimensões culturais.

A materialidade da cultura é um atributo inerente, mas que, porém, não esgota o objeto culturalmente considerado. Assim como em relação aos objetos, os significados das matérias-primas são estipulados culturalmente e podem afetar o sentido das coisas que compõem, sem, porém, lhes corresponder totalmente.

Abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política. O argumento central dessas abordagens é a dependência psíquica face aos objetos, fruto de uma necessidade de ancoragem da personalidade em bases concretas, físicas: como o humano é, em si, subjetivo, e como a mente é instável, as coisas cumpririam a função de estabilizar o eu (se ela, conferindo-lhe uma plataforma sólida e objetiva).

Os modos pelos quais a cultura material participa desse processo de estabilização do eu seriam variados: como dispositivo de demonstração de poder do possuidor, de sua energia erótica vital ou de seu lugar na hierarquia social; como mecanismo que fornece e revela continuidade temporal, evitando a dispersão do eu; enfim, como evidência concreta do lugar do eu numa rede social (REDE, 1996).

Denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material. Em suma, como a cultura não é um segmento do fenômeno social, mas uma dimensão extensiva sua, não se poderia isolar uma seção que não fosse cultural ou uma outra que o fosse exclusivamente.

Desse modo, a questão da cultura não pode ser dissociada daquela da materialidade, sob o risco de lhe conferir um caráter fantasmático. Bastaria dizer que não existem sentidos, valores ou mensagens culturais que sejam completamente internalizados na consciência (individual ou coletiva), que sejam criados em uma matriz que dispense a materialidade ou que sejam vetorizados apenas por circuitos operacionais imateriais. A cultura material é, por excelência, matriz e mediadora de relações (REDE, 1996).

Fala-se corriqueiramente de objetos ou artefatos, mas a cultura material tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado. Embora as considerações feitas sobre cada unidade isoladamente sejam, a princípio, extensivas a conjuntos, a

complexidade e a amplitude exigem reflexões específicas: a lógica da composição não é dada pela somatória das lógicas das suas partes (BUCAILLE, PESEZ, 1989).

Em primeiro lugar, Bucaille e Pesez (1989, p.18) defende que demasiadas vezes se ignora o fato de que a cultura material é, antes de mais, tal como o seu nome indica, uma cultura. Nessa qualidade, possui dois dos seus aspectos principais: a coletividade, oposta à individualidade e a repetição por oposição ao acontecimento dos fenômenos que a compõem o que, em qualquer ciência, define uma importante situação epistemológica e, por conseguinte, opções ideológicas e metodológicas. Além disso, esta aproximação cultural é determinada pela angularidade da materialidade, que foi a escolha para essa abordagem, tal como indica o adjetivo “material”. Esta escolha da materialidade revela dois aspectos precisos: o apego aos fenômenos infra estruturais como causalidade heurística e a atenção aos objetos concretos que explicam estes fenômenos: mesmo estes aspectos — sobretudo o primeiro — pressupõe orientações ideológicas e metodológicas evidentes e bem precisas.

Quando se introduzem modificações na cultura de um grupo humano, isso acontece por duas vias: a adoção de uma característica recebida de uma cultura estrangeira ou um processo interno. Mas dizê-lo não é suficiente, porque é bem evidente que o fenômeno de aquisição não tem nada de automático, é seletivo (BUCAILLE, PESEZ, 1989).

Demasiado imprecisa para ser um conceito, a ideia de cultura material continua a ser uma noção. Na realidade, a cultura material corresponde a uma necessidade atual das ciências humanas. A noção de cultura material representa sem dúvida uma reação excessiva que, no entanto, se opõe a uma ação, também ela excessiva, a uma tendência durante muito tempo acentuada e já não justificada, que consiste em confundir cultura ou civilização unicamente com os seus aspectos supra estruturais. O seu papel é o de superar um atraso que se introduziu nas ciências humanas (BUCAILLE, PESEZ, 1989).

Um outro olhar sobre a cultura material trazida por Barcelos (2009), é que poderíamos entender por cultura material aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos.

Figura 4: Fragmentos cerâmicos como acompanhamento funerário do Sítio Barra



**Fonte:** Acervo do Laboratório de Arqueologia Brasileira do NDIHR

Figura 5: Fragmento de cestaria como acompanhamento funerário do Sítio Barra



**Fonte:** Acervo do Laboratório de Arqueologia Brasileira do NDIHR

Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social.

Dialogando com Pessis (1994) do ponto de vista de uma abordagem clássica, observa-se a importância das categorias estéticas que foram igualmente utilizadas para comparar pinturas rupestres de diferentes regiões, possibilitando obter conclusões sobre o grau de desenvolvimento cultural dos povos que as fizera. Diante das limitações de constatação de temporalidade as imagens eram. Consideradas na totalidade do painel.

Em relação à descrição das pinturas e gravuras essas abordagens, fornecem extensos inventários com descrições muito minuciosas de todos os componentes picturais. Os resultados

destes trabalhos técnicos são desenhos e registros fotográficos de pinturas e gravuras acompanhadas de documentos escritos.

Das características aqui consideradas é possível constatar que as contribuições que respondem a este tipo de abordagem são fragmentárias no que respeita à pré-história. Fora do fornecimento de numerosos cadastros descritivos, cuja importância, é inegável, e de propostas explicativas com igual possibilidade de ser confrontadas, a contribuição dessas abordagens é limitada no plano da pesquisa em pré-história, pois nos métodos de trabalho não existe relação com as informações e outras áreas do trabalho arqueológico.

Na fala de Aguiar (2012) é denominado como arte rupestre as pinturas e gravuras feitas sobre paredões rochosos por populações da pré-história. Os arqueólogos dividem a arte rupestre em dois grupos, de acordo com a tecnologia empregada: as pinturas rupestres são chamadas de “pictoglifos” e as gravuras de “petroglifos”. Esses artistas da pré-história usavam diferentes técnicas para efetuar seus desenhos, seja extraíndo pigmentos de minerais ou percutindo uma pedra contra um paredão rochoso.

As pinturas são classificadas em duas categorias: as monocromáticas, onde os desenhos são representados em uma única tonalidade; e as policromáticas, que apresentam a combinação de duas ou mais cores na composição do desenho rupestre. Já entre as gravuras há duas modalidades: as picoteadas, obtidas por percussão; e as polidas, feitas por fricção. Diante disso, entende-se a arte rupestre como o registro físico da esfera simbólica e ritualística daquelas populações que ocuparam uma determinada região há milênios.

Figura 6: Exemplo de petroglifos (gravações), Sítio Serrote dos Letreiros (foto trata com D'Strech)



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia Brasileira do NDIHR

Figura 7: Exemplo de pictoglifos do Sítio Caxingó (foto trata com D'Strech)



**Fonte:** Acervo do Laboratório de Arqueologia Brasileira do NDIHR

Relações sociais que nos parecem necessárias à vida de qualquer grupo. Assim, acreditamos que as formas de comunicação ancestrais eram eficientes, visando transmitir conhecimentos, ideias, informações, novidades e histórias para as suas futuras gerações, naqueles espaços em que viviam ou viriam a coexistir. As pinturas rupestres facilitavam as relações por meio de suas formas comunicativas. Para relacionar-se num determinado espaço e tempo é necessária uma forma de comunicação que seja compreensível ao grupo a que se dirigem. As pinturas teriam essas condições. No Brasil, nos demais países americanos, assim como também em todo o mundo, as pinturas rupestres tiveram papel social na disseminação das ideias dos grupos.

Há muitas relações sociais que as pinturas rupestres sugeriam: mostravam os animais caçados, domínio e posse destes. Mostravam espaços usados para moradia e algumas relações de respeito. Nelas estão presentes as cenas de rituais, de sexo, de parto, de brincadeiras, da domesticação de animais e de plantas. Todos esses são motivos cotidianos daquele período, que foram registrados nas rochas, em locais muitas vezes de fácil acesso para todos. O acesso facilitado

deve ser exatamente para que o grupo pudesse, em todos os momentos, consultar os ensinamentos e indicações dos afazeres ali inscritos (JUSTAMAND, 2014).

Não temos sua tradução<sup>5</sup>, mas sabemos que se trata de um campo simbólico porque são desenhos que representam idéias e valores daquelas sociedades, podendo ocupar papel também nos rituais – como os de iniciação ou de culto. Podemos perceber nas pinturas rupestres reproduções de lutas entre homens e ataques a animais. Para que o homo sapiens tivesse condições de desenhar essas cenas, ele teve que passar pelo processo imaginativo. De acordo com Chauí (2000), a imaginação quando age de maneira reprodutora, reflete algo que de fato aconteceu ou algum objeto que existe, desta maneira as pinturas de ações humanas, então, podem significar reproduções de acontecimentos passados que estavam na memória do criador da arte. As pinturas rupestres, segundo nos parece, teriam tido significativo papel transmissor de comunicações para os grupos ancestrais, pois podiam ser usadas para se entender o mundo que as circundava a partir de suas imagens que retratavam os mais variados aspectos da vida cotidiana do período e as ideias de interesse social (JUSTAMAND 2006).

No caso da arte rupestre, temos o desenho, ou seja, o ícone gráfico, mas desconhecemos os códigos simbólicos usados pelos autores para lhe atribuir significado. Sempre nos vemos intrigados pelos belos símbolos pintados ou gravados, tentando imaginar que mensagens estariam nos transmitindo.

Apesar de muito belos, os grafismos rupestres têm a propriedade de transmitir mensagens, sendo quase uma forma de escrita. Outra possível função da arte rupestre estaria associada a práticas mágico-religiosas.

Se uma “tradução”<sup>6</sup> é praticamente impossível, o que o arqueólogo faz é chegar a uma proposta de quais funções teriam estes grafismos, obtendo um sistema mais genérico de interpretação da arte rupestre. Diante disso, entende-se a arte rupestre como o registro físico da esfera simbólica e ritualística daquelas populações que ocuparam uma determinada região há milênios. Não temos sua tradução, mas sabemos que se trata de um campo simbólico porque são desenhos que representam idéias e valores daquelas sociedades, podendo ocupar papel também nos rituais.

---

<sup>5</sup> Há autores que consideram a tradução um análogo à traição, conforme aponta Sullivan (2008).

<sup>6</sup> Há autores que consideram a tradução um análogo à traição, conforme aponta Sullivan (2008).

O estudo de problemas ligados a bens culturais móveis e imóveis vem ganhando impulso em todo o mundo, inclusive no Brasil, devido a uma série de fatores que englobam a necessidade de preservar objetos cuja importância se estende além dos valores comerciais e estéticos, uma vez que geralmente estão ligados à identidade de povos e etnias. Nesse contexto, a arte rupestre é um tópico dos mais atrativos, por estar ligada aos primórdios do desenvolvimento de sociedades, fazendo com que uma maior compreensão das técnicas e dos recursos empregados possa ampliar o entendimento de aspectos antropológicos e históricos desses povos, neste momento trataremos um pouco da relação da arqueologia com as pinturas rupestres e os vestígios encontrados em diversos lugares, pinturas ou gravuras deixadas pelos humanos em suportes fixos de pedra, entendem-se todas as inscrições por arte rupestre.

O termo rupestre vem do latim *rupes*, que significa rochedo. Esses trabalhos são chamados de obras imobiliárias, ou seja, não podem ser removidas do local onde foram feitas, tendo sido gravadas nas paredes e tetos de abrigos nas cavernas ou ao ar livre, como é o caso das pinturas dos paredões da região de Pacaraima, no estado de Roraima. Foram feitas pelos primeiros artistas e artesãos, há milhares de anos atrás. Na Europa, observa-se há mais de 35 mil anos, já no Brasil as mais antigas foram enquadradas numa cronologia próxima dos 30 mil anos, com a possibilidade de passar dos 40 mil, como observa Solange Bastos, para a Toca da Sebastiana, em São Raimundo Nonato, Piauí (BASTOS, 2010).

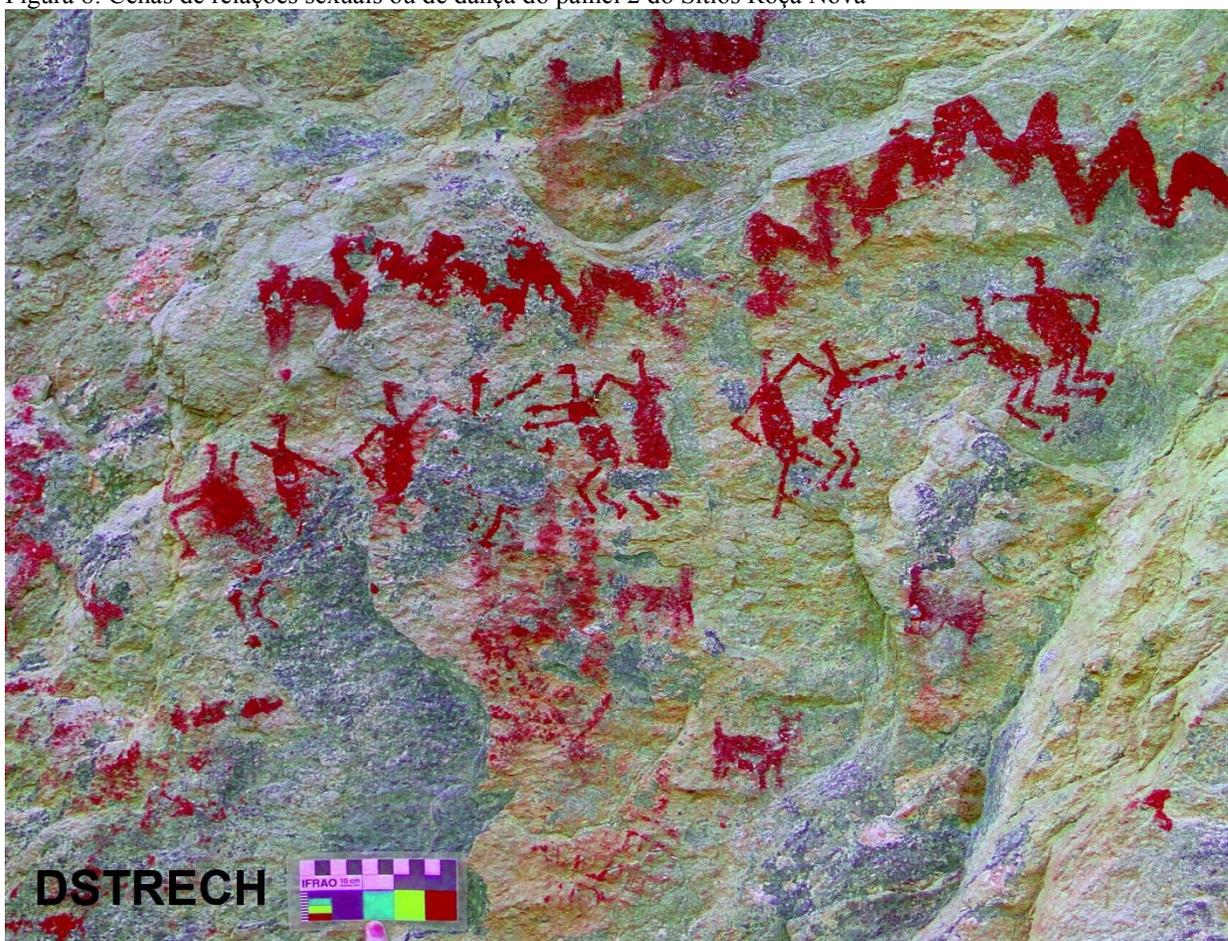
As pinturas rupestres registravam a história social dos primeiros habitantes de uma região. Exponham costumes e práticas cotidianas, permitindo a outros grupos ou as futuras gerações do próprio grupo reutilizassem as informações, uma das qualidades das pinturas rupestres é o seu realismo, o que sugere que eram concebidas para serem uma ajuda visual, um manual de caça composto para recriar os problemas da caça e revigorar o conhecimento do caçador, além de instruir os que ainda eram inexperientes (DONDIS, 1999.).

Arte rupestre consiste em manifestações gráficas realizadas em abrigo, grutas, paredões, blocos e lajes feitas através da técnica de pintura e gravura. As gravuras podem ser elaboradas através de picoteamento ou incisão; já as pinturas foram realizadas por meio de diversas técnicas: algumas, com fricção de um bloco de pigmento seco e duro na pedra; outras, com o uso de um pincel feito de galhos de árvore; em outros casos, a pintura foi feita com o próprio dedo ou o pigmento foi transformado em pó e soprado na rocha (GASPAR, 2003). As pinturas rupestres tiveram grande importância social e cultural. Para os moradores do mundo do período de 4 mil a

40 mil anos atrás, elas foram fontes de muitas informações e indicativos de sociabilidade e religiosidade (JUSTAMAND, 2010). Elas representam vestígios significativos deixados pelos humanos. Mesmo sem procurar interpretação, elas permitem identificar os modos de vida de seus criadores (PROUS, 1992).

Edgar Morin (2000) as considera como uma das fontes de informação sobre o pensamento e a organização dos grupos que as criaram e sobre os acontecimentos ocorridos naqueles momentos distantes. Já para Hauser (1982) as pinturas rupestres eram o despertar do fazer artístico do ser humano. Pela produção espalhada por todo o país, parece-nos que este despertar tenha ocorrido aqui e não somente no Velho Mundo, como ainda é muito divulgado em muitas enciclopédias sobre arte.

Figura 8: Cenas de relações sexuais ou de dança do painel 2 do Sítios Roça Nova



**Fonte:** acervo do Laboratório de Arqueologia Brasileira do NDIHR

Os grupos produtores e usuários das pinturas intercambiavam informações (JUSTAMAND, 2007b, p. 32) que trariam possibilidades de desfrutarem, de forma ideal, as condições reais da vida, o que hoje esperamos da ciência. A arte rupestre não era apenas um adorno místico, mas um instrumento de realização do homem em seu ambiente. Era um fato social que engendrava e perpetuava as condições de vida existentes e, ao mesmo tempo, trazia a criação do novo (JUSTAMAND, 2007).

Como a pesca, as caçadas, os rituais e as festas são motivos recorrentes nas pinturas rupestres, elas constituem fontes de informação inigualáveis (FUNARI *et al.*, 2002). Por isso, outra interpretação considera que, evidenciando informações e conhecimentos dos produtores e dos usuários, as pinturas rupestres colaboravam com as redes de comunicação social do local onde foram feitas, pois permitiam que novas relações se estruturassem entre os grupos (WUST, 1991).

Portanto, por serem sistemas de comunicação social, essas pinturas seriam famílias linguísticas (GASPAR, 2003). Aliás, as da Paraíba, com seu estilo geométrico, assemelham-se às antigas “escritas” com formas capsulares ou com traços consecutivos marcando o tempo ou os sistemas de contagens (CABRAL, 1997).

O processo de representação da informação envolve dois passos principais; análise de assunto de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão linguística e atribuição de conceitos ao documento analisado, onde a realização desta última fase pressupõe uma linguagem documentária, instrumento de padronização da indexação, a qual visa garantir que indexadores de um mesmo sistema ou sistemas afins usem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo, somados às diversas informações sobre arte rupestre nos revela que universo gráfico Pré-Colonial registrado constitui uma fonte de informação que contribuiu para os registros importante sobre as antigas sociedades. Na ciência da informação, a representação está relacionada com as formas de registrar o conhecimento para transforma-lo em informação. As pinturas rupestres podem ajudar a ampliar as leituras ainda restritas da nossa Pré-Colonial, haja vista que não é o acúmulo dos dados em si que é necessário, mas sim a formulação de tratamentos desses dados, para que sejam feitos questionamentos para que possamos produzir informação.

Sendo que, essas informações possibilitam a produção de referências para a construção das memórias, para que esta informação ganhe consistência quando as figuras são articuladas e agrupadas conforme a técnica, a temática e as características estéticas tomando a noção de que os grafismos correspondem ou se relacionam estreitamente com repertórios culturais, Assim, pode-se explorar a possibilidade das diferenças entre conjuntos gráficos corresponderem a momentos em que diferentes populações ocuparam os suportes rochosos, das formas de apropriações entre grupos culturais diferentes, ou mesmo as modificações que um grupo passo no tempo e no espaço, legando-nos um registro arqueológico com informações, levando a construção da memória.

Assim apoiado na fala de Buckland (1991), visualizamos as imagens rupestres a partir das premissas que as imagens, retratam um processo de registro de um momento informacional, com o intuito de levar para outras instâncias aquelas informações consideradas relevantes pelos seus produtores, enquanto coletividade. Nesta perspectiva as pinturas rupestres são consideradas como registros gráficos e como uma fonte de informação, dotadas de uma gama representacional significativa, já que está imbuída de o valor simbólico de um signo no plano da das sociabilidades humanas pré-colonial, utilizando-se então dos signos e componentes da identidade cultural, frutos as ações construtivas da memória coletiva, que poderão ser segregados a partir da valorização dos traços culturais por parte de seus autores.

Na impossibilidade de contar com discurso explicativo e interpretativo de seus autores, onde não há possibilidade do resgate da significação original desses signos. Mas como se tratam de vestígios da cultura material, se faz então, necessário centrar o estudo sobre o signo em si, e as formas com que eles são articulados dentro dos painéis, possibilitando que outros significados sejam produzidos para outros atores, os arqueólogos ou as populações atuais que se relacionam

com essas manifestações, tendo consciência da precariedade e parcialidade que esses novos significados adquirem a partir das imagens representadas.

Com isso posto, pode-se ver que os grafismos rupestres enquanto elementos da cultura material, já que são formas materializadas de concepções culturais, promotoras e frutos de agências humanas. Tal afirmativa fica clara quando se observa que em seus mais variados atributos provem uma séria de ações entre as mais variadas instâncias, estéticas, técnicas, relacionais e ambientais, que podem produzir nexos que indicam configurações particulares, em variados graus, registrando informações acerca da dinâmica e fluxos que as diferentes sociedades pré-coloniais, concebiam seus ambientes. Assim, a arte rupestre, enquanto uma das formas de materialidade da cultura, exerceriam uma função de moldura de diferentes comportamentos que seus produtores considerariam importantes, nas composições internas dos grupos, nas formas de inter-relação entre os grupos, ou momentos de um grupo, até mesmo na forma de relação como os elementos não-humanos (animais, vegetais, paisagens, etc).

#### 4. REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 1, n. 2, 2007.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.
- AZEVEDO NETTO, C. X.; LOUREIRO, M. L. N. M.; LOUREIRO, J. M. M. Rumor dos objetos. In: XIII ENANCIB - GT 10 - **INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**, 2013, Florianópolis. ANAIS DO XIII ENANCIB. Florianópolis: Editora UFSC, 2013. v. 1. p. 10.
- BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.
- BARTHES, R. Semântica do objeto. In: \_\_\_\_\_. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987, p.171-180.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Zahar, 2005.
- BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, 1968.
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- BUCAILLE, R.; PESEZ, J.M. Cultura material. in: **Enciclopédia Einaudi**, v.16. Lisboa: IN-CM, 1989, p.11-47.
- BROOKES, B.C. The foundations of information science. Part. I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, p.125-133, 1980.
- CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. 2003. Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2009.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas da CI**. v. 12, p. 148-207, jan/abr. 2007.
- CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2003.
- COSTA, L.C. N.; SERRES, J.C.P. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. **Patrimônio e Memória**, v. 12, n. 1, p. 158-178, 2016.
- DUNNELL, R.C. **Classificação em arqueologia**. Trad. Astolfo C. Araújo. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ECO, U. **Tratado Geral de Semiótica**. Trad. Gilson C.C. de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.
- FERREIRA, S.M.S.P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1996.

- FOSKETT, D.J. Informática. In: GOMES, H.E. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.
- FREIRE, G.H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em CI**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.
- FREIRE, G.H.A.; FREIRE, I.M.F. **Introdução à ciência da informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- FREIRE, I. M. Informação; consciência possível; campo: um exercício com constructos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 133-42, jan./abr. 1995.
- FREITAS, C. M. D. S.; CHUBACHI, O. M.; LUZZARDI, P. R. G.; CAVA R. A.. Introdução à Visualização de Informações. **RITA– Revista de Informática Teórica e Aplicada, Instituto de Informática UFRGS**, v. 8, n. 2, p. 143-158, outubro, 2001.
- GUEDES, C. M. **A semântica dos signos na arte rupestre: estruturas da cognição**. 104 f. 2014. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo. 2014.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ICOM. International Council of Museums. **Estatutos do ICOM**. 2007. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- INGOLD, T. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**, Petrópolis, Editora Vozes, 2015.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JUSTAMAND, M. **As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental**. São Paulo: Alexa Cultural, 2003.
- LA FONTAINE, H; OTLET, P. La vie internationale et l'effort pour sa organization. **La Vie Internationale**, v. 1, n. 1, 1912.
- LE GOFF, J. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 423-553.
- LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LE COADIC, Y.F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. p. 5
- LOUREIRO, M. L.N. M. Webmuseus de arte: aparatos informacionais no ciberespaço. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 97-105, 2004.
- LOUREIRO, M. L. N. M.; AZEVEDO NETTO, C. X.; CASCARDO, A. B. S. Memória e Cultura Material: Objetos, palavras e representações. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. v. 01. p. 1-12.
- LOPES, M.I.V. Estratégias metodológicas da pesquisa de recepção. **INTERCOM: Revista Brasileira de Comunicação**, v. 16, n. 2, p. 78-86, jul./dez., 1993
- MARIANO, N. R. C.; OLIVEIRA, B.M.J.F.de. Entre memória, história e informação: o compêndio o livro do povo e a construção de um modelo hírido de educação escolar na Parahyba

do norte. In: **ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 16., 2015, João Pessoa, Anais... João Pessoa: UFPB, 2015 p. 1 – 18.

MENEZES, U. T. Bde. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material**. Trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Zahar, 2013

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodologia\\_da\\_pesquisa.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

MASTER, Daniel M.; AJA, Adam J. The house shrine of Ashkelon. **Israel Exploration Journal**, p. 129-145, 2011.

NÖTH, Winfried. Fundamentos semióticos do estudo das imagens. **Tabuleiro de Letras**, n. 5, 2012.

OLIVEIRA, E.de. RODRIGUES, G.M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011.

PACHECO, L.S. Informação enquanto artefato. **Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação**. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, jan./jun., 1995, p. 20-24.

PESSIS, A.M. Registros rupestres: perfil gráfico e grupo social. **Revista de Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 283-289, 1994.

PEIRCE, C.S. **Semiótica - Coleção Estudos**, trad. J.T. Coelho Netto, São Paulo, Editora Perspectiva, nº 46. 1977.

PINHEIRO, L.V.R. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 3, n. 4, 2004.

POPPER, K.R. **Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge**. 4.rev.ed. New York: Basic Books, 1972.

REDE, M. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**. Anais do Museu Paulista, v. 4, p. 265-282, 1996.

ROBREDO, J. **Da ciência revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus. 2003.

ROSA, J.G. **Grande sertão: veredas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SANTAELLA, L., NÖTH, W. **Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SANTOS, M.S.dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 53 – 73. 2004.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVEIRA, L.F.B. Charles Sanders Peirce: science as semiotics. **Trans/Form/Ação**, v. 12, p. 71-83, 1989.

SULLIVAN, P.J. O. Translation: Treason, Serendipity or Acquired Instinct? **Cadernos de Tradução**, UFSC, Florianópolis, v.2 n.22, 2008, p 75-87.

TAYLOR, R. Professional aspects of information science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 1, p. 15-40, 1966.

WERSIG, Gemot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: \_\_\_\_\_. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Colóquios Filosóficos Internacionais de Rauaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. O conceito de informação na ciência contemporânea. **Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont**. Rio de Janeiro, p. 154-179.1970ã